

Departamento de Justiça

Gabinete de Assuntos Públicos

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Quinta-feira, 10 de ABRIL de 2014

O DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA E O JUDICIÁRIO DE RHODE ISLAND CELEBRAM ACORDO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA LINGUÍSTICA NOS TRIBUNAIS DE RHODE ISLAND

O Departamento de Justiça anunciou hoje que chegou a acordo ([cópia em inglês](#)) com o Judiciário de Rhode Island, a fim de garantir que indivíduos com proficiência limitada em inglês (LEP, sigla em inglês) tenham acesso a assistência linguística atempada e competente, a título gratuito, em todos os processos, serviços e programas em todo o sistema judicial estatal.

Como parte deste acordo, o departamento aprovou o Plano de Acesso Linguístico do Judiciário de Rhode Island, o qual enuncia os esforços a serem envidados no sentido de garantir assistência linguística abrangente em todo o sistema judicial. O plano implica uma série de traduções em curso de formulários e sinalética nos edifícios dos tribunais para as línguas mais faladas em Rhode Island, como é o caso do espanhol, do português, do cambojano e do cabo verdiano. O Judiciário de Rhode Island criou também uma Notificação de Direito de Assistência Linguística, a qual estabelece que o tribunal providenciará, a título gratuito, um intérprete competente para qualquer indivíduo ou testemunha com proficiência limitada em inglês, explicando o procedimento para solicitar um intérprete ou uma tradução da notificação noutros idiomas. A notificação deve ser fornecida a todos os réus num processo judicial e está disponível em múltiplos idiomas. Em processos civis, a notificação deve ser incorporada ou anexada à peça processual inicial a ser entregue ao réu. Em processos criminais, a notificação deve ser incorporada ou anexada aos documentos incriminantes iniciais entregues ao réu, nos formulários preenchidos por um comissário de fiança ou fornecidos pelo tribunal ao réu aquando da sua primeira audiência em tribunal. Além do mais, um formulário de queixa sobre serviços linguísticos prestados está disponível em múltiplos idiomas no [sítio da Internet do tribunal](#), no Gabinete do Escrivão do Tribunal e no Gabinete dos Intérpretes Judiciais.

O plano foi mandatado em 2012 pelo Juiz Presidente Paul A. Suttell através de uma ordem executiva emitida após ampla consulta no seio do departamento. O Gabinete dos Intérpretes Judiciais e o Gabinete Administrativo dos Tribunais Estatais analisarão a eficácia deste plano e considerarão anualmente modificações para aperfeiçoar as suas políticas e os seus procedimentos. O Plano inclui um requisito importante de receber conselhos das partes interessadas e de consultar com elas. O acordo prevê ainda outras medidas a serem tomadas pelo tribunal após consulta com o departamento, prevendo um período de pelo menos dois anos de supervisão e assistência técnica.

"O Juiz Presidente Suttell, o pessoal do Judiciário de Rhode Island, bem como as restantes partes interessadas de Rhode Island que contribuíram para este processo, devem ser elogiados pelos seus esforços contínuos e determinação comum de que a justiça e a igualdade nos tribunais de Rhode Island não fiquem restringidas somente àqueles com proficiência em inglês", disse a Assistente Interina do Procurador-Geral Jocelyn Samuels da Divisão dos Direitos Civis.

A queixa foi resolvida como parte da iniciativa da Secção Federal de Coordenação e Conformidade (FCS, sigla em inglês) ([sítio da Internet](#) em inglês) da Divisão dos Direitos Cívicos, a fim de assegurar que os tribunais estatais cumprem os requisitos de acesso linguístico do Título VI. De modo a garantir que a nenhum indivíduo LEP seja negada justiça por incapacidade de o tribunal providenciar serviços linguísticos, a Equipa dos Tribunais da FCS ([sítio da Internet](#) em inglês), dirigida pela Assessora Jurídica Especial Christine Stoneman, presta assistência técnica e orientação quanto às políticas e sistemas judiciais estatais e assume a implementação de medidas em todo o país. Recentemente, a FCS divulgou aos tribunais uma Ferramenta de Apoio e Planeamento de Acesso Linguístico ([sítio da Internet](#) em inglês) e resolveu uma queixa com o Tribunal Superior do Condado King ([sítio da Internet](#) em inglês), em Washington.

O assunto de Rhode Island foi tratado pelo procurador Paul M. Uyehara da FCS, da Divisão de Direitos Cívicos, com o apoio da Procuradora-Geral Adjunta Ndidi N. Moses, na altura exercendo o cargo de Procuradora de Detalhe para a FCS.

Para mais informações acerca do Título VI e da Lei de Segurança nas Ruas, ou para obter cópias dos respetivos documentos de resolução, por favor, consulte [este sítio da Internet](#) (em inglês).